

## Desigualdade socioeconômica na região amazônica: indicadores de Cacoal-RO e as promessas constitucionais (in)cumpridas

*Socioeconomic inequality in the amazon region: Cacoal-RO indicators and (un)fulfilled constitutional promises*

Kamyla de Oliveira Melo<sup>1</sup>  Victor de Almeida Conselvan<sup>2</sup> , Odirlei Arcangelo Lovo<sup>3</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal de Rondônia UNIR, Acadêmica do Curso de Direito, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UNIR, e-mail: oliveira.kamyla00@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Rondônia UNIR, Doutor em Direito Público, Departamento Acadêmico de Direito UNIR, email: victor.conselvan@unir.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Rondônia UNIR, Pós-Doutor em Bioética, Departamento de Ciências Contábeis UNIR, e-mail: oalovo@unir.com

### RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo entender como as desigualdades se apresentam no município de Cacoal, bem como suas consequências e as políticas públicas que estão sendo empregadas no intuito de mitigar o problema. Buscou-se, também, compreender se as medidas adotadas possuem como finalidade a solução do problema, que se apresentaria em uma diminuição significativa das desigualdades e na maior facilidade de acesso a bens e serviços pela população ao longo do tempo, ou se são empregadas apenas em caráter de benemerência e filantropia, cunhando no clientelismo o no mandonismo eleitoral, diferente do que diz respeito ao Estado de bem-estar Social e, principalmente, ao dever constitucional do Estado de garantir a assistência social. Também foi observado se os dados coletados indicam se a Constituição Federal de outubro de 1988 vem sendo respeitada, e se o problema da desigualdade, presente em todo o mundo e agravada pela pandemia da COVID-19, vem sendo tratado de forma adequada.

Palavras-chave: Desigualdades Socioeconômicas. Região Amazônica. Cacoal-RO.

### ABSTRACT

This research objective was to understand how inequalities present themselves in the municipality of Cacoal, as well as their consequences and the public policies that are being used in order to mitigate the problem. We also sought to understand whether the measures adopted are intended to solve the problem, which would result in a significant reduction in inequalities and greater ease of access to goods and services by the population over time, or whether they are only used in a character of benevolence and philanthropy, coining clientelism and electoral bossiness, different from what concerns the Social Welfare State and, mainly, the State's constitutional duty to guarantee social assistance. It was also observed whether the data collected indicates whether the Federal Constitution of October 1988 has been respected, and whether the problem of inequality, present throughout the world and worsened by the COVID-19 pandemic, has been adequately addressed.

Keywords: Socioeconomic Inequalities. Amazon region. Cacoal-RO.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetivou compreender como as desigualdades socioeconômicas se manifestam no município de Cacoal-RO, bem como suas consequências. Buscou-se identificar as políticas públicas que estão sendo empregadas no intuito de mitigar o problema a fim de que a população mais carente consiga acessar bens e serviços primários.

Intentou-se, igualmente, identificar se as medidas empregadas são apenas em caráter de benemerência e/ou filantropia, cunhadas no clientelismo ou no mandonismo eleitoral, diferente do que diz respeito ao Estado de bem-estar Social e o seu dever (promessa) constitucional de assegurar a assistência social nos termos do art. 3º da CF/88.

Para tanto, foi observado se os dados coletados indicam se o programa constitucional vem sendo adimplido, e se o problema da desigualdade, agravado pela pandemia da COVID-19, vem sendo tratado de forma adequada.

A metodologia adotada pela pesquisa consistiu, inicialmente, na coleta dos dados através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e PNAD contínua, do Banco Mundial, CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico) e demais fontes oficiais dos entes governamentais além de material de apoio bibliográfico conforme abordagem quantitativo-descritivo.

Em seguida, realizou-se a análise qualitativa através de uma abordagem que apresentou, inicialmente, o contexto histórico da desigualdade socioeconômica no Brasil e suas razões, revelando como o problema das iniquidades no país tem permanecido sem solução e sem que as políticas de governo consigam resolver o problema.

Ao contrário, tais políticas têm sido usadas apenas como medidas de caráter paliativo, emergencial, sem apresentar nenhuma eficácia substancial ou mudança estrutural na dinâmica histórica da estratificação social. A partir desse escopo, foram usados como base para as análises comparativas e dialéticas os trabalhos de pesquisadores nacionais e internacionais que abordaram o assunto, em uma pesquisa, também, bibliográfica.

## 2 A DESIGUALDADE E SUA CONCEPÇÃO POLÍTICO-HISTÓRICO

Pensar a desigualdade não é tarefa fácil. Há várias perspectivas e matizes teóricos que apontam suas causas. Especificamente, sob a perspectiva político-histórica, faz-se necessário

pensar em como os arranjos políticos se estruturaram ao ponto de até hoje afetar a sociedade e, principalmente, a vida daqueles que mais dependem do Estado para mitigar as consequências das iniquidades. Estas, é importante frisar, não são naturais, em verdade, são históricas, decorrentes de arranjos e decisões políticas, inseridas em um processo retroalimentação e manutenção da desigualdade.

Destarte, o Brasil é um país que se originou de maneira ímpar, singular. Seu processo de formação política reflete o estado de coisas atual. “[A] construção política [do país] deu-se sem uma conquista legítima de participação popular. [A] superação do Período Colonial, a experiência imperial e a instituição da República ocorreram de forma contingencial e lastreada a partir de uma cultura oligárquica” (CONSELVAN, 2023, p. 64).

Com isso, parte dessas consequências advindas da construção histórica do país revelam o formato organizacional da estratificação socioeconômica e suas estruturas de poder. Sobre isso, Fernandes, aduz como se deu esse processo de revolução burguesa no Brasil:

[...], as elites tradicionais aceitaram facilmente o princípio da livre concorrência na esfera das relações econômicas estratégicas, viam na concorrência um ônus social inexpressivo, ao lado de compensações muito vantajosas (o funcionamento e o desenvolvimento da economia com base no trabalho livre). Todavia, repeliram na prática a igualdade jurídico-política e se apegaram tenazmente às formas tradicionais de mandonismo, como recurso para manter suas posições de dominação na estrutura de poder da sociedade nacional. (Fernandes, 2008, p.109).

Como pôde ser visto, a desigualdade não é fenômeno natural. Surge a partir das relações políticas de poder em que “a estratificação social separa e opõe, assim, os brasileiros ricos e remediados dos pobres, e todos eles dos miseráveis” (RIBEIRO, 2015, p. 20). “Os miseráveis” são, em grande parte, compostos por minorias sociais, especialmente por pessoas negras e indígenas que ainda sofrem com o reflexo de uma colonização que objetivou, desde o início, a exportação (mercantilização) dos frutos da mão de obra escravizada.

Por conseguinte o Brasil se transformou, como anota Ribeiro (2015), em um verdadeiro “moinho de gastar gente”, importando mão de obra europeia quando se pensava o fim da escravidão, excluindo os escravizados da “outorga” de direitos e sem sequer reconhecer sua dignidade. Por derradeiro, direitos básicos e os culpando pela própria desigualdade através da adoção do discurso meritocrático. Mantendo, desse modo, nas estruturas do poder do Estado, a lógica de exploração.

Antes de se estabelecer a democracia, de acordo com Mestriner (2008, p. 71), o país foi marcado, em sua primeira metade do século XX, pelo totalitarismo. Desse modo, Vargas, ao assumir o poder, apresenta características ainda imperialistas de um “[...] monarca generoso que faz caridade aos seus súditos.”.

Fora marcado, também, pelo primeiro-damismo, caracterizando um governo incapaz de corresponder às demandas da sociedade. Fundado no compromisso com as elites, acabou por atrelar a assistência social ao trabalho, usando-a como forma de abrandamento das massas e das reivindicações sociais, em que, por exemplo, o Ministério do Trabalho serviu mais para desmoralizar a classe operária a garantir direitos. Nesse sentido:

O trabalho, antes em forma de escravidão, será enfocado no novo discurso oficial como valor social. Passa a ser um direito e um dever do homem, uma tarefa moral e um ato de realização, uma obrigação para com a sociedade e o Estado e uma necessidade do próprio indivíduo. É colocado como fonte de propriedade privada justa, como forma de conquista de prosperidade, de cultura intelectual e da proteção do Estado. Por meio dele, o homem conseguirá posição na sociedade e relacionamento com o Estado. E mais, diferente do regime político anterior, pelo trabalho, a classe operária será chamada a participar da emancipação econômica e dos destinos do país. E, nesta ótica, o não trabalhador será estigmatizado e colocado como pária do sistema, como não cidadão. (MESTRINER, 2008 p.75).

Com isso, as decisões políticas que foram tomadas ao longo da história do Brasil, bem como as justificativas e os discursos utilizados para gerar aceitação entre as classes sociais explicam como, ainda hoje, as iniquidades, segregação e estratificação social encontram legitimidade entre as pessoas, bem como o porquê da assistência social, quando promovida pelo Estado, é tão “malvista”, ao ponto do Estado transmutar-se “em proteção das organizações sem fins lucrativos o que deveria ser a proteção social às vulnerabilidades do cidadão” (MESTRINER, 2008, p.308).

Ademais, a mesma autora suscita a questão da impossibilidade de, sob uma lógica neoliberal, a assistência social ser vista desatrelada do trabalho, afinal “[a] persistência do componente liberal fará com que se determine o equacionamento da assistência social, sempre tendo como referência, de um lado, o trabalho e, de outro, o princípio da subsidiariedade, que desresponsabiliza e libera o Estado desta intervenção.” (MESTRINER, 2008, p. 73).

Ao se abordar o processo histórico de constituição da assistência social no Brasil, que em sua trajetória foi reduzida à instituições sociais de caridade e benemerência, em que governos, através de uma ideologia político-econômica, valiam-se de uma razão de constante redução de

gastos, sempre buscando o “enxugamento do Estado”, promovendo cortes nas áreas sociais, e fazendo de organizações filantrópicas *uma ponte* (que mais se revelou como obstáculo, uma vez que eram usadas principalmente como *lobbies* políticos e clientelismo) entre o Estado e o cidadão na legitimação da “ajuda” necessária ao desenvolvimento social, fazendo da instituição de caridade aquela por meio da qual o Estado reconheceria os indivíduos.

Com esta dificuldade em se estabelecer uma política pública de assistência social legítima no país, percebe-se, então, que a desigualdade também se manifesta politicamente, principalmente uma vez que:

O patrimonialismo, o paternalismo, e o clientelismo propugnaram por uma identidade nacional que, embora não se caracterizasse como engessante, tirava da luz (da visibilidade *visível*) o aparato pessoalista/privatista das vísceras do poder, camuflando, por consequência, a segregação social. Disso ecoaria uma racionalidade legitimadora da desigualdade, uma vez igualada as oportunidades. Para superá-la, seria necessário um esforço individual e meritório. Mas o que não era/não foi advertido expressamente trata-se, de forma precisa, da impossibilidade de reduzir as iniquidades sob estes valores, diretrizes e razões propagadas. (Conselvan, 2023, p. 62).

Com essas relações de poder historicamente autoritárias pré-estabelecidas nas estruturas do Estado, a tensão política se configura como instrumento na busca por direitos civis, tal como ensina Fernandes (2008, p. 147): “[n]o fundo, a chamada “luta pelo poder político” representa uma luta pelo controle da mudança social, pois são seus efeitos que ditam o sentido, o alcance e a continuidade, a curto ou longo prazo, das alterações ocorridas no padrão de integração da ordem social vigente.”

Isso faz com que seja necessário a participação política da sociedade, principalmente na forma de grupos organizados, como instrumento de luta ao combate às iniquidades. Participação que falta em todo o Brasil (algo que pode se inferido no município de Cacoal, uma vez que não há protagonismo dos movimentos sociais coletivos de representação política), diminuindo, assim, o espaço da “individualização” na participação política (que faz com que as “soluções” se apresentem em caráter de “favor”, mascarado como filantropia, caridade e benemerência) trazendo para o Estado o dever constitucional de garantir o bem-estar social das pessoas.

### 3 DESIGUALDADE E SUA CONCEPÇÃO ECONÔMICA

Desigualdade econômica é aquela que se apresenta materialmente, ou seja, na falta ou na dificuldade de acesso à bens e serviços básicos, como alimentação, saúde e educação; na desigualdade de oportunidades e; na injusta repartição das riquezas produzidas. É ocasionada, principalmente, pela discriminação econômica, por uma má distribuição de recursos e insuficiente redistribuição e/ou constituição de renda.

Com efeito, o que acaba por gerar riqueza excessiva no último degrau social e escassez nos degraus mais baixos. Para Stiglitz (2016, p. 89) essa riqueza excessiva origina-se principalmente da exploração, uma vez que ela se beneficia das deficiências nas leis de governança corporativa e de um “setor financeiro dedicado à manipulação do mercado”, o que acaba refletindo na discriminação econômica, provocando, por consequência, boa parte da pobreza entre as pessoas situadas nos níveis mais baixos da escala social.

Acrescenta-se os “empréstimos predatórios e discriminatórios e práticas abusivas dos cartões de crédito” (Stiglitz, 2016, p. 89), por exemplo. Stiglitz (2016, p. 84) ainda complementa que “boa parte da desigualdade em nossa sociedade é resultado da caça à renda, porque esta repassa significativamente o dinheiro dos que estão na base para os que estão no alto da pirâmide”.

Os principais fatores que causam as desigualdades da renda do trabalho, são os relacionados à educação e tecnologia, que resultam na *desigualdade de oportunidades*. Embora este pensamento enfatize duas forças sociais e econômicas elementares para determinar a desigualdade dos salários, a oferta e a demanda, “a tecnologia atual nem sempre encontra uso para as qualificações disponíveis” (Piketty, 2014, p. 299), portanto, para o autor, este é um pensamento simplista. Principalmente por não se dar conta de que:

Mais ainda do que os outros mercados, o mercado de trabalho não é uma abstração matemática cujo funcionamento é inteiramente determinado pelos mecanismos naturais e imutáveis e pelas implacáveis forças tecnológicas: é uma construção social feita de regras e compromissos específicos. (PIKETTY, 2014, p. 300).

Ressalta-se, conforme proposto neste artigo: pensar a desigualdade e a justiça econômica de maneira ética e constitucionalmente adequadas, a educação não se realiza nas sociedades humanas a partir da visão utilitarista. Por conseguinte, o objetivo do acesso ao conhecimento, à

educação, à ciência, às expressões culturais e artísticas etc. não formam “trabalhadores adequados” para o mercado. São, ou deveriam ser, em verdade, um fim em si mesmo.

Todavia, a desigualdade proveniente da renda laboral, mesmo que alta, não é a única e talvez nem seja a mais preocupante. Para o autor, pois:

No que concerne à desigualdade da renda do trabalho, os mecanismos incluem a oferta e a demanda por qualificações, o estado do sistema educacional, bem como as diferentes regras e instituições que afetam o funcionamento do mercado de trabalho e o processo de formação dos salários. Já em relação à desigualdade das rendas do capital, os processos mais importantes são os provenientes da poupança e do investimento, das regras de sucessão e de heranças, do funcionamento dos mercados imobiliários e financeiros (PIKETTY, 2014, p. 239-240).

Inserida na realidade de um sistema econômico que tem como base a acumulação de capital, pensar na concentração de renda e no seu aumento desenfreado desde o início do século, torna espinhoso os possíveis impactos a longo prazo o efeito acumulativo e sua. O economista francês, a esse respeito, diz que:

Na prática, a primeira regularidade observada quando se busca medir a desigualdade das rendas é que a desigualdade do capital é sempre mais forte do que a do trabalho. A distribuição da propriedade do capital e das rendas que dele provêm é sistematicamente mais concentrada do que a distribuição das rendas do trabalho. (PIKETTY, 2014, p. 239).

Observada também por Stiglitz (2016), a desigualdade proveniente das rendas do capital é ainda mais relacionada as decisões jurídico-políticas do que as provenientes das rendas do trabalho. Ainda, é possível observa que este comportamento não reflete uma economia de mercado normal, e nomeia-o de “capitalismo ersatz”, ou, falso capitalismo.

Isso se explica, uma vez que as regras econômicas são estabelecidas pelos processos políticos e, por consequência, também por processos legislativos e jurídicos. Desse modo, muito da desigualdade observada atualmente acontece por meio de distorções das regras que permitem a transferência de renda para o topo por meio da exploração de consumidores, trabalhadores e contribuintes.

A título ilustrativo tem-se a dinâmica dos bancos quando da socialização dos prejuízos, não levam em consideração a correspondente diminuição da riqueza dos contribuintes. Aumentam a riqueza do setor financeiro sem que essa se materialize em algum benefício social, revelando, assim, uma lógica de acumulação.



Os altos níveis de desigualdade econômica refletem também nos altos níveis de desigualdade política. Mas, diferente de Piketty (2014), o autor afirma que mudanças mais simples, como tributação adequada dos ganhos de capital, das heranças e investimento nas pessoas, ou seja, investimento real na questão social com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e o acesso à bens e serviços da população já seriam o suficiente para corrigir algumas dessas distorções: “é uma questão mais política do que econômica. Não temos de escolher entre capitalismo e justiça. Devemos escolher ambos” (Stiglitz, 2016, p. 113). Portanto, a desigualdade econômica se apresenta, em grande parte, como consequência das desigualdades políticas, pois é uma questão de decisão.

#### **4 DOS INDICADORES NACIONAIS**

Após se ter exposto a contextualização histórico-política e econômica em que a desigualdade se encontra lastreada, passa-se a dispor de indicadores que corroboram com a análise inferida acima. A ideia, agora, é trazer à luz alguns indicadores que avalizam os aspectos políticos e econômicos das iniquidades sociais no país.

O artigo “Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável” (Barros, Henriques e Mendonça, 2000), inicialmente apontaria, se compararmos com os dados de hoje, que a desigualdade diminuiu desde os anos 2000, embora jamais tenha atingido níveis aceitáveis. Principalmente quando constatado o fato de que a pesquisa conclui que a desigualdade no país não é causada pela falta de riqueza, mas sim pela má distribuição dela.

De acordo com os autores, a desigualdade de renda mantinha uma razão superior à 30 vezes quando comparado os 20% mais ricos com os 20% mais pobres, ou seja, os 20% do topo da pirâmide tinham uma renda 30 vezes superior que os 20% da base. A renda média dos 10% mais ricos era 28 vezes a renda média dos 10% mais pobres. “Na medida em que a renda média brasileira é significativamente superior à linha da pobreza, podemos associar a intensidade da pobreza à concentração de renda” (Barros, Henriques e Mendonça, 2000). Chegando à conclusão de que, no que tange a forma como a pobreza se dá no país, o Brasil não é um país pobre, mas sim um país desigual e de grande injustiça social, em que a origem da pobreza, reforça-se, é a desigualdade, fazendo-se imperativo seu combate.



Entretanto, de acordo com Piketty (2020) e segundo dados do Relatório da Desigualdade Mundial (2018), a parcela dos 10% do topo tinha uma renda média, em 2018, 20 vezes maior do que a renda média dos 50% da base da pirâmide social no Brasil. Quando o assunto é a desigualdade entre a parcela do 1% no topo em relação aos 50% da base, esta relação é de 85 vezes.

Ainda, segundo o Relatório, a desigualdade de renda no Brasil permaneceu praticamente estável. Em 2015, os 10% do topo ficaram com 55% das rendas totais do país, enquanto os 50% da base dividiram as rendas referentes a 12% do total. A compreensão das rendas do trabalho fez com que a desigualdade entre os 90% da base diminuísse, mas quando se trata dos 10% do topo esta não foi a realidade. Ao se estreitar as estatísticas para os super ricos (do 1% do topo da pirâmide), essa parcela de arrecadação dos rendimentos totais é de 28%, quanto aos rendimentos do trabalho desse 1% da pirâmide o valor é de 14%, o que enfatiza a importância das rendas do capital para a desigualdade (ALVAREDO *et al*, 2018).

Adiante, o Relatório destaca que a diminuição (branda) da desigualdade ocorrida foram às custas dos 40% do meio da pirâmide (ALVAREDO *et al*, 2018), e não, necessariamente, uma redistribuição justa do topo para a base.

De acordo com a agência de notícias do IBGE, através da publicação da Síntese de Indicadores Sociais (2022), outros indicadores revelam o fato de que, em 2021, depois de um aumento recorde (muito provavelmente causado pela pandemia de COVID-19) e, segundo o IBGE, havia 62,5 milhões de pessoas na pobreza, destas, 17,9 milhões se encontravam em situação de extrema pobreza (sendo estes os maiores percentuais da série histórica, que teve início em 2012).

Não obstante, 46,2% das crianças abaixo dos 14 anos no Brasil estavam na pobreza, a proporção dos jovens de 15 a 29 anos é de quase 1 para cada 3. A proporção de pretos e pardos nesta condição é quase o dobro da de brancos. Mesmo que o país possua uma população majoritariamente formada por pessoas pretas e pardas, historicamente, esse continua sendo o grupo de pessoas com os menores salários, ganhando em média, de acordo com o IBGE (2022), a metade do rendimento de pessoas brancas.

As regiões do Nordeste e Norte são as regiões com mais pessoas pobres, sendo 48,7% e 44,9%, respectivamente. Ainda, como agravante, os dados da PNAD Contínua apresentados ao longo do ano de 2022 mostram que a pandemia trouxe um agravamento, principalmente quanto às

rendas do trabalho, que juntamente com o pico de desigualdade intensificaram a piora do índice de GINI, isto é:

Um importante efeito da pandemia havia sido o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho, que saltou de 22,3% no primeiro trimestre de 2020 para 28,5% no segundo. No quarto trimestre de 2022, a proporção de domicílios sem renda do trabalho situou-se em 22,1%, atingindo níveis semelhantes aos observados imediatamente antes da pandemia e relativamente estáveis nos últimos três trimestres. (PNAD contínua, 4 trimestre de 2022).

(...) tendo o índice de Gini da renda efetiva subido de 0,510 no primeiro trimestre para 0,519 no terceiro e o da renda habitual passado de 0,481 para 0,494. No último trimestre de 2022, observou-se uma estabilidade no índice da renda domiciliar e ligeira queda do índice da renda individual para 0,493. (PNAD contínua, 4 trimestre de 2022).

Destarte, embora a pandemia de COVID-19 tenha sido um fator agravante no aumento da desigualdade socioeconômica no país, o fato de vários dos índices, principalmente os relacionados a pobreza, terem sido os maiores desde 2012 indicam que o país estava regredindo no combate à desigualdade desde antes da pandemia.

Consoante os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), em 2022 a relação per capita dos rendimentos médios dos domicílios estava em 17 vezes na comparação entre os 10% maiores e os 40% menores rendimentos. Na relação entre os 20% maiores e os 20% menores esta proporção fica em 21,1.

Um outro dado que nos ajuda a dimensionar essa realidade consiste no fato de que pelo menos 36,7% dos domicílios brasileiros se encontram em algum nível de insegurança alimentar, conforme o IBGE. Porém, segundo o Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia COVID-19 no Brasil, realizado pelo grupo PENSSAN, este número é mais da metade dos domicílios brasileiros.

Nos termos do levantamento realizado pela Fiocruz (2022), no ano de 2021, foram internados 2.979 bebês com desnutrição no SUS (Sistema Único de Saúde), sendo este o maior número absoluto dos últimos 13 anos. O que poderia trazer maiores prejuízos no futuro, haja vista que a falta de nutrição adequada prejudica o desenvolvimento infantil. Essa realidade afeta principalmente as crianças negras, em que:

Os dados também mostram que bebês negros (pretos e pardos) respondem por dois de cada três internações por desnutrição registradas entre janeiro de 2018 e agosto de 2022 no

sistema público de saúde. Para o cálculo, foram considerados apenas os casos em que há registro de raça/cor. Entre 2018 e 2021, o país registrou 13.202 hospitalizações por desnutrição entre menores de um ano. Destas, 5.246 foram de bebês pretos e pardos, mas falta informação sobre raça/cor em um de cada três registros. (Fiocruz, relatório Observa Infância, 2022).

Uma vez que, como explicitado anteriormente, a desigualdade no Brasil surge a partir de fatores históricos e político-sociais, é necessário destacar como as desigualdades sociais no país também se manifestam etnicamente. Assim sendo, é importante mencionar como o Brasil é um país de população majoritariamente não branca, isto é, apenas 43,1% das pessoas no país são brancas, segundo o IBGE Cidades (2021). Mas pessoas brancas configuram 69% da participação em cargos gerenciais no país. Também são o grupo étnico com os maiores rendimentos, ganhando, em média, R\$ 3.099,00, enquanto pessoas pretas e pardas ganham, em média, R\$ 1.804,00. Ressalta-se que a hora média de trabalho das pessoas brancas no país vale R\$ 19,00 reais, enquanto a de uma pessoa preta ou parda cai para R\$ 11,20. Acrescenta-se que entre os 10% com maiores rendimentos, 70,5% são brancos, e entre os 10% com menores rendimentos, 74,1% são pretos ou pardos (IBGE Cidades, 2021).

Em relatório apresentado pelo Banco Mundial, constatou-se que as políticas fiscais e os programas governamentais no Brasil beneficiam mais os ricos e as grandes empresas. Adverte-se que, embora, tenham chegado à conclusão de que pequenas empresas são também beneficiadas, o pouco estímulo para que elas busquem crescimento, como mencionado no relatório, fazem crer que os incentivos fiscais para as pequenas empresas não são necessariamente o problema.

Os benefícios usufruídos pelas camadas mais ricas da sociedade, portanto, ocorrem em detrimento dos pobres e das médias empresas, além de não alcançarem seus objetivos e causarem pouco/nenhum impacto na geração de emprego.

O principal achado de nossa análise é que alguns programas governamentais beneficiam os ricos mais do que os pobres, além de não atingir de forma eficaz seus objetivos. Consequentemente, seria possível economizar parte do orçamento sem prejudicar o acesso e a qualidade dos serviços públicos, beneficiando os estratos mais pobres da população. (Banco Mundial, 2017).

Além disso, foi observado que a maioria dos programas sociais de assistência no Brasil não é eficaz, principalmente por não serem bem direcionados. “Na verdade, o quintil mais rico recebe

muito mais em subsídios previdenciários e BPC que o quintil mais pobre recebe em Bolsa Família. O Abono Salarial também não é progressivo, com 67% dos benefícios dirigidos aos 60% mais ricos” (Banco Mundial, 2017).

Com isso, pode-se firmar que o “sistema de proteção social” do Brasil não é realmente um sistema, pois é composto por uma série de programas sobrepostos e mal articulados” (Banco Mundial, 2017), sendo o Programa Bolsa Família (PBF – programa do governo federal que tem como objetivo identificar as famílias de renda per capita inferior a ½ salário-mínimo para planejamento de políticas públicas e de redistribuição de renda) o único bem direcionado e eficaz, principalmente quando analisados o alto alcance do programa com o baixo custo quando comparado a outros, constituindo, assim, a “única rede de proteção significativa para os pobres não idosos, principalmente as famílias com crianças.” (Banco Mundial, 2017).

Portanto, embora os níveis de desigualdade econômica tenham reduzido desde os anos 2000, graças a diversos programas de assistência social e redistribuição de renda, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PBF, a desigualdade no país continua acentuada e se acentuando. Dito isto, fica evidente que as iniquidades no Brasil continuam ainda muito altas, diferente do que se imaginava há alguns anos.

## **5 INDICADORES LOCAIS – CACOAL-RO**

Almejando um grau significativamente objetivo, os dados a seguir apresentarão uma abordagem majoritariamente descritiva, inseridos em uma pesquisa quantitativa e, afinal, reconhece-se a incapacidade de o pesquisador ser “absolutamente objetivo”. O método consistiu, basicamente, na busca das informações e dados a partir de um recorte socioeconômico e posterior descrição destes.

Procedendo assim, levantou-se que o PIB per capita, no município de Cacoal, teve aumento nos últimos anos, passando de R\$15.095,15 em 2010 para R\$29.331,29 em 2020 (IBGE Cidades), mas este crescimento aparente, como indicará os dados a seguir, não representa, concomitantemente, o enriquecimento ou melhoria da qualidade de vida dos moradores da região, principalmente quando comparados os dados sobre incidência da pobreza de 2003 do IBGE com os mais atuais de pessoas em situação de pobreza e extrema de pobreza do CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico).

As informações sobre a média salarial dos trabalhadores também não mostram melhoria ou perspectiva de melhora, uma vez que entre 2019 e 2020 sofreu uma queda após anos praticamente estagnado. Com base nos dados coletados através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passou de uma média de 2 salários de 2016 a 2019 para uma média de 1,9. Comparando com o estado de Rondônia, esta média caiu de pouco mais de 3 salários para 2,5 salários-mínimos (IBGE Cidades). Salienta-se que em 2020, o país passou pela pandemia de COVID-19.

De acordo com o IBGE, o município de Cacoal possui uma população estimada, em 2021, de aproximadamente 86.416 pessoas, desses, menos de 24% encontram-se ocupados, com alguma atividade remunerada. Com uma média salarial de apenas 1,9 salários-mínimos (dados de 2021), em que o valor do salário-mínimo era de aproximadamente mil e cem reais. Embora o estado de Rondônia tenha atualmente, como revelam os últimos dados do PNAD contínua, a menor taxa de desemprego (3,2%), as regiões norte e nordeste são campeãs no índice de ocupação por informalidade.

Cabe destacar o que é trazido por Piketty (2014) em seu livro “O Capital no século XXI”. Para o autor, a desigualdade da renda do trabalho está intimamente ligada aos mecanismos que incluem “a oferta e a demanda por qualificações, o estado do sistema educacional, bem como as diferentes regras e instituições que afetam o funcionamento do mercado de trabalho e o processo de formação dos salários” (Piketty, 2014, p. 239). Acrescenta, ainda que a desigualdade em relação a riqueza é sempre maior que a desigualdade em relação aos rendimentos do trabalho (Piketty, 2014, p. 239). Isso sinaliza um indicativo de movimento contrário ao crescimento indicado pelo PIB.

Na sequência, mais importante ainda que a média salarial e os índices de desemprego, são o rendimento nominal per capita, que, ao seu turno, conta com mais de 35% da população do município sem ultrapassar  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo, o que coloca Cacoal na posição 45 dentre os 52 municípios do estado, e 3442 dentre os 5570 do país, em termos de renda nominal (IBGE Cidades, 2010).

Adverte-se em tempo que parte significativa da renda familiar, especialmente das famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza não recebem aluguéis ou juros e dividendos. O salário, seja ele de trabalho formal ou informal é, por vezes, a única fonte de renda

familiar depois dos programas governamentais de redistribuição de renda, como o bolsa família. Isto é, o baixo valor médio do salário, principalmente se comparado ao valor médio da cesta básica, como será abordado adiante, já sinaliza indícios claros de acentuado nível de desigualdades econômicas no município.

De acordo com o Mapa da Pobreza e Desigualdade do IBGE, o índice de Gini do município é de 0,46, os índices de pobreza e pobreza subjetiva são, respectivamente, de 28,75% e 31,02%. Contudo, esses dados apresentam-se defasados, uma vez que são de 2003. Somando-se a isso, é importante mencionar que as últimas pesquisas indicaram um aumento agravado durante a pandemia de Coivid-19 da desigualdade e pobreza, bem como uma piora no índice de GINI em todo o mundo.

Sendo assim, optou-se, nesta pesquisa, por trazer os dados coletados através do CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico), de acordo com estes dados (coletados em 2023), Cacoal possui um total de 17.783 famílias cadastradas, onde apenas 31% das famílias cadastradas do município recebem acima de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo per capita, 30% (5.317 das famílias cadastradas) são de baixa renda, 15% (2.677) estão em situação de pobreza e 24% (4.286 famílias) se encontram em situação de extrema pobreza. Ao se falar do total de indivíduos cadastrados nesta condição se fala em 10.719 pessoas convivendo com a extrema pobreza (que consiste no grupo de pessoas vivendo com menos de 1,90 dólar por dia – menos que 10 reais na cotação atual). Isto sem levar em consideração aquelas que não se encontram cadastradas em programas sociais por falta de acesso, conhecimento e/ou não possuírem registro civil.

Uma vez abordado os dados em relação a renda, para que se torne possível analisar a capacidade econômica/financeira dos indivíduos é preciso também conhecer as despesas e acesso à bens de consumo. De acordo com o *Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Gestão e Desenvolvimento Regional (GPGDR) do departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia*, o custo médio da cesta básica individual no município, nos últimos 7 meses (de dezembro a junho de 2023), é de R\$546,80, com variação de valor nos meses de maio e junho sendo de R\$554,34 e R\$542,07 respectivamente.

Isso leva um trabalhador que recebe um salário-mínimo líquido a desembolsar quase 45% de sua renda de trabalho para comprar uma cesta básica. No que toca a cesta básica familiar seu custo é em média R\$ 1663,03 e R\$ 1626,22 (maio e junho). Consequentemente, o salário-mínimo

necessário para suprir as necessidades básicas no município de Cacoal deve ser superior que R\$ 4.500.

Os dados apresentados pela pesquisa do GPGDR (2023) mostram que “o trabalhador cacoalense que recebeu um salário-mínimo, dedicou 90h21min de trabalho para adquirir uma cesta básica individual, o que correspondeu aproximadamente a 41% do total de horas trabalhadas no mês de junho de 2023”. Essa pesquisa conclui também que “ao analisar a cesta básica familiar é perceptível que o salário-mínimo está aquém das necessidades básicas de alimentação de uma família, já que no mês de junho a cesta básica familiar excedeu em 33,19% o valor do salário-mínimo líquido.”

Destarte, todos os dados apresentados mostram que o município de Cacoal também passa por uma “pandemia de desigualdade”, onde mais de 20% da população do município se encontra em situação de pobreza ou extrema pobreza (8% e 12% respectivamente).

Ademais é possível afirmar, a partir dos dados sobre educação e saúde, que o nível da educação no estado de Rondônia é menor quando comparado a média nacional, principalmente em relação aos níveis da região Sul e Sudeste. A taxa de mortalidade infantil, que no município de Cacoal está em 16,6 para cada mil nascidos vivos, quando a média nacional e do estado são de 11,2 e 13,02 para cada mil, respectivamente (IBGE Cidades, 2020). Ainda quando analisados os dados da renda sobre o trabalho, os dados disponíveis pela CECAD e os dados coletados sobre cesta básica, revela-se seguro afirmar que estes quantitativos também refletem a problemática da insegurança alimentar já presente no território brasileiro, uma vez que ao menos 35% dos munícipes não recebem mais que meio salário-mínimo, ou seja, não possuem renda suficiente para garantir as necessidades básicas de alimentação, saúde, educação e lazer.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observou-se que, embora o município tenha acompanhado o crescimento do país quanto ao PIB, e mostrado aparente melhorias, a desigualdade, assim como no restante do país, permaneceu sem grandes alterações, tendo, ainda, a região norte permanecido como uma das regiões mais pobres e mais desiguais do território nacional.



Os dados ainda mostram que os salários no município de Cacoal e, também, no Estado de Rondônia vêm diminuindo nos últimos anos, assim como o quantitativo de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, o que mostra que a redistribuição de renda não vem acontecendo de maneira eficaz. Constata-se, igualmente, que nestas regiões os pobres são mais pobres e os ricos são menos ricos, quando comparados as regiões Sul e Sudeste. Logo, faz-se necessário melhores investimentos em políticas públicas específicas e bem direcionadas que permitam o cumprimento da Constituição Federal quanto a erradicação da pobreza.

Destarte, a Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988, traz em seu artigo 3º os *objetivos fundamentais* da república, e entendendo por objetivo como uma meta a ser atingida, “construir uma sociedade livre, justa e solidária” (Brasil, 1988, art.3) não parece passível de se alcançar conforme a realidade em que revelam os dados sobre desigualdade de renda no país.

Verificou-se, desse modo, que a redistribuição não se deu (e não se dá) de forma justa e solidária. As riquezas e privilégios dos 10% e, mais ainda, do 1% do topo sempre crescendo em detrimento da realidade dos mais pobres. O que, consonante a este fato, faz com que “garantir o desenvolvimento nacional” (Brasil, 1988, art.3) também seja uma tarefa difícil. Logo, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (Brasil, 1988, art.3) sequer parecem no horizonte almejado pelos governos que se estabeleceram, uma vez que as regiões Norte e Nordeste permanecem, historicamente, regiões mais pobres e desiguais em relação as demais e, todas as medidas apresentadas, ao longo da história, foram paliativas.

A assistência social e as políticas públicas são traçadas, desde o governo Vargas, sob uma ideia liberal de austeridade, de caráter utilitarista, não havendo grandes mudanças nesta realidade mesmo com a promulgação da Constituição de 1988. O que, por exemplo, mitiga, a importância da palavra “erradicar” do artigo 3º inciso III.

Desta forma, os objetivos fundamentais da república parecem ser sempre relativizados, desde a promulgação da constituição, para caber em uma agenda neoliberal de “enxugamento” do Estado que não deveria ser o guia das decisões políticas, uma vez que o cenário estabelecido pela CF/88 é o da justiça, da solidariedade e do combate às desigualdades para o bem de todos.

Por fim, a principal dificuldade encontrada durante a pesquisa do deste artigo está na problemática do grande apagão de dados que sofre o Brasil. Onde os dados referentes ao município de Cacoal se encontram tão desatualizados que os que indicam a pobreza e desigualdade, por

exemplo, como o índice de GINI, a incidência da pobreza e a incidência da pobreza subjetiva são de 2003, ou seja, são 20 anos de dados defasados que impede qualquer análise das questões socioeconômicas e de desigualdades do município e dificulta a descrição fidedigna da realidade vivida pelos cacoalenses.

Essa defasagem de dados prejudica principalmente a elaboração de políticas públicas uma vez que impossibilita a realização de pesquisas e obriga que a tomada de decisões política seja feita “no escuro”, às cegas. Portanto, faz-se necessário a elaboração permanente de mais pesquisas, com maior quantitativo de dados, para melhor elucidar o problema e, enfim, propor soluções efetivas para os municípios. Desconstruindo os paradigmas histórico-político e econômico em que se assenta a manutenção da desigualdade.

## REFERÊNCIAS

ALVAREDO, Facundo *et al.* **Relatório da Desigualdade Mundial 2018**. Tradução Livia de Almeida, Editora Intrínseca, RJ. 1 ed. digital 2020.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (IBRD). THE WORLD BANK. ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (IDA). Grupo Banco Mundial. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Brasil: revisão das despesas públicas**. [Brasil], nov. 2017. v. 1: Síntese. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>. Acesso em: 05 jun. 2023.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo e; MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e pobreza no Brasil**: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista brasileira de ciências sociais - v. 15 n. 42. p. 123 à 142. Disponível em: <https://anpocs.org.br/2000/02/15/vol-15-no-42-sao-paulo-2000/>. Acesso em: 16 junho 2023.

BRASIL, Ministério da Cidadania. **CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico**. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#top> . Acesso em 24 jul. 2023.

CONSELVAN, Victor de Almeida. **Justiça fiscal e (re)formulação da política tributária**: uma leitura constitucional e hermenêuticamente compreendida – superando os óbices da (des)igualdade. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

Fiocruz, **Observa Infância. Hospitalização de bebês por desnutrição atinge pior nível dos últimos 13 anos**, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/hospitalizacao-de-bebes-por-desnutricao-atinge-pior-nivel-dos-ultimos-13-anos>. Acesso em: 30 julho 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Secretaria de Desenvolvimento. Programa de Benefícios Fiscais de Rondônia**. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/conselho-de-desenvolvimento-do-estado-aprova-incentivo-tributario-para-empresacerealista/#:~:text=O%20Programa%20de%20Incentivo%20Tribut%C3%A1rio,um%20por%C3%ADodo%20de%2012%20meses>. Acesso em: 28 de jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/cacoal/panorama>. Acesso em: 06 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>. Acesso em 01 de jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10091/93473>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

IBGE – **Síntese de indicadores sociais**, 2022. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012#:~:text=Em%202021%2C%20considerando%2Dse%20as,popula%C3%A7%C3%A3o\)%20estavam%20na%20extrema%20pobreza](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012#:~:text=Em%202021%2C%20considerando%2Dse%20as,popula%C3%A7%C3%A3o)%20estavam%20na%20extrema%20pobreza). Acesso em: 09 jul. 2023.

IBGE – **Comitê de Estatísticas Sociais**. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-dados/metadados/mds/cadastro-unico-dos-programas-sociais-cadunico.html>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideología**. Traducción Daniel Fuentes Castro. Barcelona: Deusto, 2019.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Tradução de André Telles. Revisão técnica de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, edição digital 2015.

**PNAD Contínua. Disponível** em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 08 julho 2023.

Projeto de extensão: **Determinação dos custos da cesta básica**. Cacoal-RO, v.1, n. 7, p.01-07, maio 2023. Disponível em: <https://gpgdr.unir.br/uploads/44441779/Cesta%20B%C3%A1sica/Cesta%20B%C3%A1sica/Boletim%20Cesta%20B%C3%A1sica%20-%20Maio%202023.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

REDE PENSSAN. VIGISAN, **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil** [livro eletrônico], 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 30 julho 2023.

Relatório da OXFAM – Janeiro de 2021. Oxford, UK: **Oxfam International**, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/o-virus-da-desigualdade/#:~:text=A%20covid%2D19%20est%C3%A1%20gerando,popula%C3%A7%C3%B5es%20mais%20pobres%20dos%20pa%C3%ADses>. Acesso em: 19 jun. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3 ed. São Paulo: Global, 2015.

STIGLITZ, Joseph E. **O grande abismo**: sociedades desiguais e o que podemos fazer sobre isso. Tradução de Fernando Lopes. Revisão de Carlos Bacci. Rio de Janeiro, RJ, Alta Books, 2016.